

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT

Lisboa, 29 de junho de 2023

EXCEDENTE ORÇAMENTAL É BOA NOTÍCIA, MAS PARA QUEM?

UGT EXIGE RESPOSTAS PARA OS TRABALHADORES!

A UGT sempre defendeu a consolidação orçamental como uma necessidade no caminho para um crescimento económico e um desenvolvimento social simultaneamente mais justos, equilibrados e sustentáveis.

Nesse sentido, não podemos deixar de registar positivamente que Portugal tenha vindo nos últimos anos a ter uma trajectória decrescente do défice e da dívida e, pela primeira vez em muitos anos, apresente um excedente orçamental trimestral (1º trimestre), de 1,2% do PIB, ou seja, de mais de 760 milhões de euros.

Tal excedente resulta de um contexto mais optimista que o cenário traçado pelo Governo em 2022, nomeadamente no quadro do Orçamento do Estado para 2023 (OE2023) e deve-se sobretudo ao bom desempenho da economia, muito impulsionado pelo bom desempenho do sector do Turismo, a uma resiliência superior ao esperado por parte do mercado de trabalho e a um aumento dos salários superior ao de anos anteriores, que tem originado um crescendo da receita fiscal, sobretudo do IRS.

As receitas de IRS até Abril excedem em 300 milhões de euros o aumento que já se previa no OE 2023 para todo o ano e a receita já cobrada de IRS excede até o aumento anual previsto para os impostos directos (IRS+IRC).

A UGT teceu diversas críticas à proposta de OE2023, considerando que poderia e deveria ter ido mais longe na resposta aos problemas sociais vividos pelos portugueses e pelo País, e que se têm agudizado com a redução do rendimento disponível dos trabalhadores e suas famílias em virtude de uma inflação e de uma injusta e ineficaz subida das taxas de juros que, ainda hoje, não obstante se verificar um abrandamento dos preços, continuam a crescer.

O Governo tem respondido a este drama social, que atinge sobretudo os países de baixos salários como Portugal, com uma actuação centrada em medidas pontuais, dirigidas sobretudo aos grupos mais vulneráveis e com rendimentos mais baixos, que vai repetindo ocasionalmente e que apenas criam a ilusão de que os problemas estão a ser abordados e objecto de intervenção.

Sim, o Governo assinou o Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, e tal permitiu dar um impulso importante à negociação colectiva e aos salários dos trabalhadores portugueses.

Sim, o Governo assumiu a sua própria responsabilidade perante os seus trabalhadores, ao assinar um acordo que permitiu um aumento salarial em linha com o que exigia ao sector privado e cumpriu, aliás, a cláusula de salvaguarda ao reforçar tais aumentos em função da evolução do cenário económico.

Sim, o Governo implementou o IVA Zero no cabaz alimentar com efeitos positivos, reduzindo sensivelmente os custos com alimentação.

E sim, o Governo não deixou de corrigir o erro inicial infligido aos pensionistas, motivado por uma excessiva cautela, procedendo à aplicação integral da fórmula de actualização das pensões já em 2023 e para todos os anos seguintes.

Mas o Governo não pode continuar a ignorar o agudizar da situação social, que atinge não apenas os segmentos mais vulneráveis da nossa sociedade, com a classe média, nomeadamente em virtude do aumento dos custos com habitação, a ser duramente atingida.

Não podem continuar a ser assumidas medidas em áreas importantes, como a habitação, mas que, na sua maioria e de forma mais estrutural, apenas terão efeitos no médio e longo prazo e passam ao lado de respostas urgentes e ignoram o facto de, ao centrar a sua intervenção no arrendamento, Portugal continuar a ser um País em que os trabalhadores têm casa por via da aquisição mediante empréstimo bancário, a quase totalidade com taxas de juro variáveis.

Não podemos continuar a ter uma governação que repete prestações sociais de tempos a tempos, numa visão assistencialista e contando com o contexto de cada momento, actualmente com as devoluções de IRS e com pagamento dos subsídios de férias, para aguentar a situação das famílias até ao momento seguinte, que é agora o próximo Orçamento do Estado.

A UGT espera que o próximo OE traga boas notícias para quem vive dos rendimentos do seu trabalho e que a anunciada descida de impostos de 2.000 milhões de euros que se irá operar até 2026, seja, em grande parte, concretizada no OE 2024 e que seja centrada no imposto que mais tem aumentado: o IRS.

Mas os trabalhadores portugueses não podem continuar a esperar por medidas mais transversais e urgentes que respondam aos seus problemas imediatos, como na área da habitação e da alimentação.

O Estado, no momento em que apresenta um excedente orçamental significativo, não pode continuar a agir como os piores empregadores, para os quais a distribuição de riqueza nunca tem um momento certo, em virtude de ora se encontrar em crise, ora de ser necessário acautelar a crise futura.

O Governo tem o dever de aproveitar parte deste excedente para adoptar medidas sociais mais ambiciosas, mais estruturais e que garantam à classe média uma maior estabilidade no actual contexto, nomeadamente mediante prestações sociais que respondam à quebra de rendimento disponível dos agregados familiares, uma actuação sobre a banca e sobre as taxas de esforço nos créditos à habitação ou uma redução fiscal que permita uma redução de preços em bens essenciais.

Assim como a UGT exigiu que o Acordo de Rendimentos e Salários contivesse uma cláusula de salvaguarda que permitisse a correcção de desvios ao cenário e aos efeitos desenhados, também o Governo deve ter consciência que um qualquer Orçamento do Estado deve ser visto, para o melhor e para o pior, como contendo uma cláusula semelhante.

O aumento de salários é e continuará a ser a prioridade para os trabalhadores portugueses.

Mas um excedente orçamental como o já verificado, e sobretudo num quadro de dificuldades para muitas famílias, para quem os seus salários são insuficientes para fazer face às despesas crescentes, coloca o Governo perante o imperativo de assumir mais responsabilidades, abandonar algumas cautelas e fazer mais, fazer melhor e fazer com mais alcance.

A UGT não aceita e refuta veementemente as recentes declarações da Presidente do BCE que, à semelhança do que aconteceu em crises anteriores, vem a Portugal dizer que são os salários e a protecção social que devem ser sacrificados enquanto outros ganham milhões.

Para uma tão alta responsável exige-se mais moderação e ponderação nas suas declarações públicas, como aliás referiu o Senhor Presidente da República.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IR MAIS LONGE NA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO, POR MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS AO SERVIÇO DO PAÍS

A pressão que continua a ser exercida sobre os trabalhadores da Administração Pública, inseridos num contexto de altas taxas de inflação e de incessante subida das taxas de juro dos empréstimos à habitação, está a causar grandes dificuldades à subsistência das famílias portuguesas, leva a que a UGT exija que o Governo tome medidas mais assertivas no sentido da valorização dos salários e das carreiras do sector, uma vez que, não obstante o valorizável acordo celebrado em Outubro de 2022, os salários do sector público continuam a ser baixos e as carreiras pouco atractivas.

Essas necessárias e justas medidas de valorização, além de serem uma forma de munir os trabalhadores e suas famílias de melhores armas para enfrentarem o difícil panorama socioeconómico em que vivem actualmente, é igualmente o caminho que, inevitavelmente, terá de ser seguido para prosseguir os objectivos de melhoria da competitividade, de aumento da atractividade, de retenção da competência do emprego público e de promoção do rejuvenescimento da Administração Pública portuguesa.

Salários mais altos e carreiras valorizadas resultam, inevitavelmente, em trabalhadores motivados e melhores serviços públicos, essenciais para o bom funcionamento da economia, para um desenvolvimento sustentado e para maiores níveis de justiça e coesão sociais.

Neste contexto, a UGT aponta, desde já, a aplicação do acelerador de progressões a todos os trabalhadores, independentemente da natureza do vínculo, como primeira medida para encetar a recuperação salarial e a valorização das carreiras na Administração Pública.

EDUCAÇÃO. POR UM ANO LECTIVO 2023/2024 COM VERDADEIRO DIÁLOGO SOCIAL.

Na semana em que se encerra o ano lectivo 2022/2023, marcado por uma instabilidade que tem como causa primeira a ausência de um verdadeiro diálogo social no sector, a UGT insta o Governo a encetar com urgência uma negociação substantiva com os sindicatos da educação, de modo a permitir que o próximo ano lectivo não seja marcado pelas incerteza e imprevisibilidade que afectaram e afectam ainda os profissionais da educação, os alunos e as suas famílias.

SECTOR BANCÁRIO. LUCROS DE MILHÕES IMPÕEM AUMENTOS DIGNOS PARA OS TRABALHADORES.

O sector bancário tem conhecido, nos últimos anos, aumentos insuficientes para fazer face ao insustentável aumento do custo de vida.

Os Sindicatos aceitaram em 2022 um aumento de 1,1%, que não recuperava sequer face à inflação de 1,3% registada em 2021, num fosso que só se agravou face aos 7,8% de inflação verificados em 2022.

Os Sindicatos negociaram de boa-fé, sempre no pressuposto, claro para todos, de que 2023 seria o ano em que a compensação dessas perdas se deveria verificar.

No entanto, as Instituições de crédito, mesmo registando lucros extraordinários, que se estenderam já para o primeiro trimestre deste ano, anunciaram estar apenas disponíveis para fechar um acordo com um aumento de 4% nas tabelas e em todas as cláusulas de expressão pecuniária.

Os Sindicatos, apesar da insensibilidade que a banca tem revelado perante a situação do País e dos seus trabalhadores, manifestaram, ainda assim e mais uma vez, abertura para continuar a negociar outras matérias.

Mas a UGT não pode deixar de apoiar inequivocamente o MAIS Sindicato, o SBC e o SBN quando consideram que o aumento proposto é inaceitável.

Aos 4%, a uma só voz, dizemos não!

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 29 de junho de 2023